



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000081-75.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **TEREZA ANTONIO ROMÃO**
Requerido: **Roberta Cristina Villani e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter financiado uma motocicleta em seu nome em favor da ré Roberta Cristina Villani, e que após quitado o financiamento está não transferiu a motocicleta para si e ainda não efetuou o pagamento de taxas e impostos inerentes a mesma

Almeja à sua condenação a tanto, bem como para que ela seja compelida a quitar os débitos relativos a motocicleta contraídos.

Em audiência de tentativa de conciliação a ré Roberta alegou ter vendido a referida motocicleta para Edivania Miranda Correia, que após ser admitida nos presentes autos assumiu a responsabilidade pelos fatos trazidos a colação.

Nasce daí sua obrigação em regularizar a situação da motocicleta, seja para transferi-la ao seu nome, seja para quitar as dívidas que surgiram após tornar-se sua proprietária.

Anuem ainda as partes em desistirem do prosseguimento do feito em relação a ré Renata Cristina Villani.

Resta, então, o dever da réu Edivania em quitar


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

as dívidas sob sua responsabilidade, o que transporece incontroverso.

Isto posto: a) Homologo de desistência em face da ré Roberta Cristina Villani, e julgo extinto o feito em relação a ela com fulcro no inc. VIII do art. 267 do CPC, anotando-se; b) **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré Edivania Miranda Correia a quitar as dívidas pendentes em relação à motocicleta tratada nos autos, no prazo máximo de dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite do valor total dessas dívidas; bem como para que promova a transferência da motocicleta para o seu nome, no prazo de dez dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação referente ao pagamento dos débitos, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Ressalvo ainda, que na hipótese de descumprimento pela ré da obrigação imposta referente a transferência da motocicleta, deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para a ré, independentemente de qualquer outra formalidade.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**